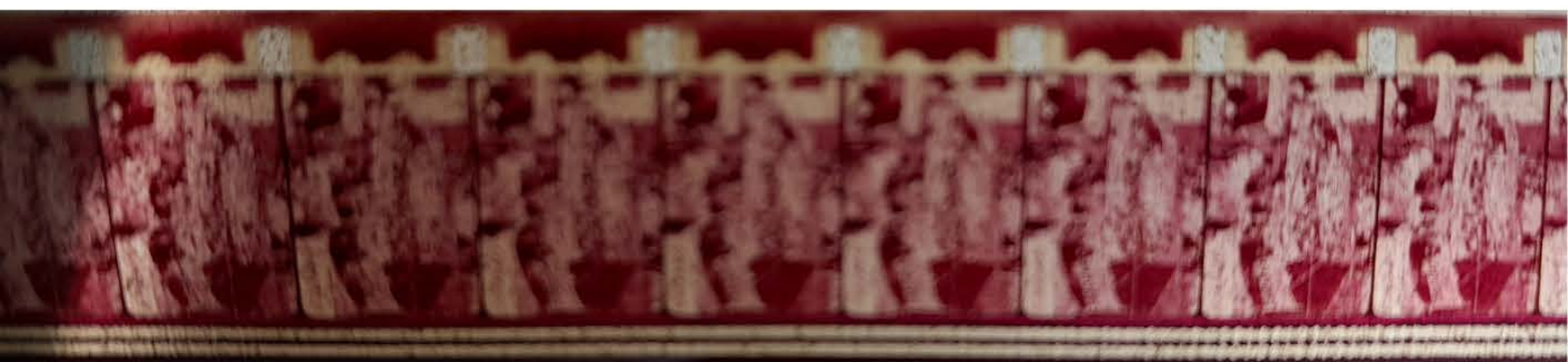
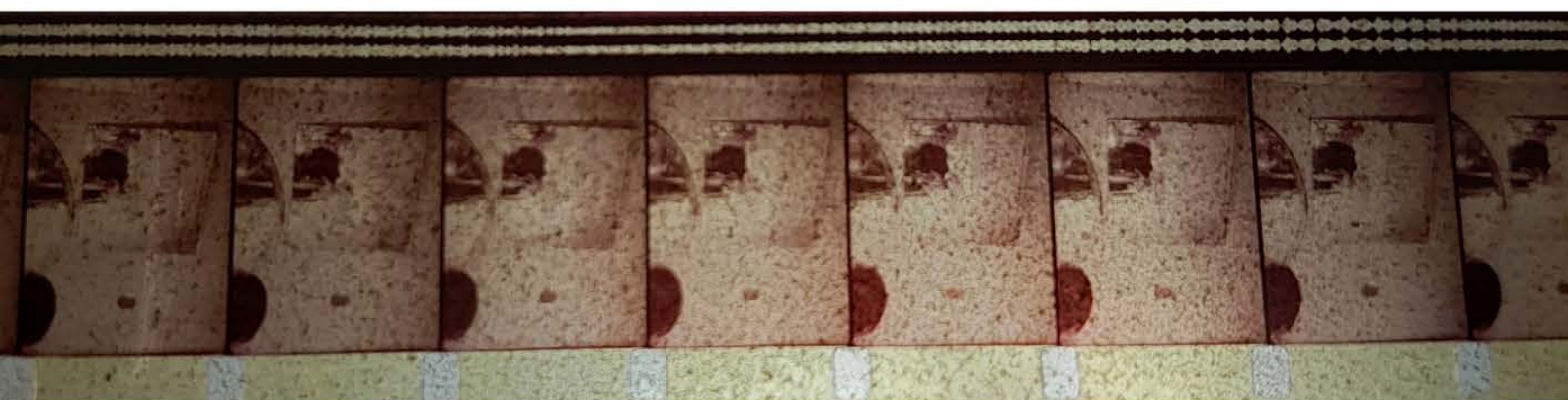




CARTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRESERVAÇÃO AUDIOVISUAL – ABPA

À EQUIPE DE TRANSIÇÃO DA CULTURA



CARTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRESERVAÇÃO AUDIOVISUAL - ABPA

À EQUIPE DE TRANSIÇÃO DA CULTURA

São Paulo, 29 de novembro de 2022.

Excelentíssimo Senhor Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva,

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente eleito e Coordenador do Governo de Transição,
Geraldo Alckmin,

Excelentíssimos integrantes da Comissão do GT CULTURA do Governo de Transição,

Sra. Deputada Áurea Carolina

Sra. Deputada Benedita da Silva

Sra. Deputada Jandira Feghali

Sra. Lucélia Santos

Sra. Margareth Menezes

Sr. Deputado Marcelo Calero

Sr. Deputado Túlio Gadêlha

Sr. Antonio Marinho

Sr. Juca Ferreira

Sr. Kleber Lucas

Sr. Kleber Mendonça Filho

Sr. Manoel Rangel

Sr. Márcio Tavares

A Associação Brasileira de Preservação Audiovisual - ABPA apresenta ao Grupo de Trabalho da Cultura, parte integrante da equipe de transição do governo, alguns dos principais desafios enfrentados pelo campo da Preservação Audiovisual, e coloca-se à disposição para auxiliar no diagnóstico, planejamento e enfrentamento desses desafios.

Apesar dos inegáveis avanços e do amadurecimento da área nos últimos vinte anos, a instabilidade institucional, a falta de recursos adequados e as crises sucessivas demonstram que

a área de Preservação Audiovisual, as instituições brasileiras que se dedicam à salvaguarda do patrimônio audiovisual e os profissionais que nelas atuam ainda vivem, infelizmente, em situação precária. Elencamos aqui questões fundamentais a serem discutidas, com o objetivo de formular políticas públicas para o fortalecimento do campo da preservação, elo integrante da cadeia produtiva do audiovisual.

1. Não existem políticas públicas voltadas para preservação audiovisual no Brasil. As ações dos governos nas diferentes esferas da administração pública – federal, estadual e municipal – que tangenciam a questão da preservação audiovisual não seguem um modelo de planejamento capaz de atender as demandas específicas do campo. Desta forma, as ações também não possibilitam a sustentabilidade do meio, seja a curto, médio ou longo prazo. Como resultado, há uma perda irreversível de obras brasileiras de todas as décadas; instabilidade institucional; evasão profissional e dificuldade de acesso aos acervos audiovisuais.

O símbolo máximo das consequências catastróficas da ausência de políticas públicas é a Cinemateca Brasileira: apesar do aumento considerável do volume de investimentos na instituição na última década e meia, sobretudo entre 2006 e 2013, não se criou uma base sólida e com planejamento de longo prazo, visto a terrível crise enfrentada nos últimos dois anos, que culminou com um incêndio em uma de suas instalações. Além disso, houve a passagem da administração do órgão para a esfera privada, por intermédio de um modelo de gestão via organizações sociais, que vem demonstrando ser um modelo inadequado em muitos setores da administração pública e, em especial, para uma área como a do patrimônio cultural, que demanda estabilidade no planejamento de longo prazo.

A área museológica, mediante ação do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, tem destacado a importância da elaboração dos planos museológicos das instituições de salvaguarda, incentivando assim um planejamento integrado das ações e delimitando a missão, os valores, os objetivos e o diagnóstico de suas coleções, de modo a realizar ações de forma integrada. Faz-se necessário que as instituições brasileiras de salvaguarda do patrimônio audiovisual também estabeleçam suas políticas de coleções, missões, objetivos e estratégias de gestão.

2. É preciso garantir acesso aos recursos públicos para a Preservação Audiovisual. O Fundo Setorial do Audiovisual - FSA investiu, de 2009 a 2021, cerca de 3,4 bilhões de reais em desenvolvimento, produção, distribuição e exibição, e **zero reais** em preservação. O aumento dos investimentos em produção demanda um aumento do trabalho de instituições de preservação – seja para fornecimento de material de arquivo ou outras ações, além de um volume exponencial de horas de imagens e sons financiados através de leis de incentivo. Os filmes que representam o sucesso das políticas públicas das últimas décadas estão ameaçados de desaparecimento. Até o momento, o Depósito Legal dedicou-se somente à verificação das exigências de editais. Os materiais nativos em digital precisam de um plano de preservação ativa, com migração de suportes e gestão de arquivos com constância e continuidade. Contudo, tal estrutura não existe no Brasil. Da maneira como está, o Depósito Legal cumpre apenas parcialmente a função de preservação.

A preocupação com a preservação de tais produções soma-se à preocupação com as obras audiovisuais realizadas fora do escopo do financiamento estatal, que estão fadadas ao mesmo destino de significativa parcela da produção do século passado: o desaparecimento.

3. É urgente descentralizar os recursos e contemplar iniciativas e instituições de todos os estados brasileiros. O Brasil é um país de dimensão continental que conta com dezenas de arquivos e coleções audiovisuais públicas e privadas. Estas instituições e iniciativas possuem diferentes níveis de maturidade institucional e, portanto, diferentes demandas. A descentralização dos investimentos é necessária e urgente, dada a continentalidade e pluralidade cultural do país, além de se tratar da ação adequada tecnicamente, sobretudo em caso de sinistros. Além do fortalecimento de instituições de todas as regiões, as estruturas presentes nos municípios e estados são fundamentais para o desenvolvimento de iniciativas de preservação audiovisual de indivíduos, coletivos e demais grupos sociais, de modo a contemplar a multiplicidade da produção desse país continental.

4. É essencial que disciplinas voltadas para a formação em Preservação Audiovisual sejam incluídas na grade curricular dos cursos de Cinema e Audiovisual. Apesar da Resolução n.10/2006 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação indicar a obrigatoriedade da inclusão de disciplinas dedicadas à preservação audiovisual em cursos de Cinema e Audiovisual, segundo dados de um levantamento de 2019, das 42 graduações em Cinema e Audiovisual existentes no Brasil, somente 10 oferecem disciplinas de preservação. É necessário que exista articulação com as instâncias competentes e o Ministério da Educação para que tal Resolução seja efetivamente cumprida. A base da conscientização sobre a importância do patrimônio audiovisual passa pela formação.

5. A Preservação Audiovisual precisa ter voz e assento nos conselhos e instâncias que regem as políticas culturais do país. A ABPA, com base em seu longo histórico de atuação no campo, pleiteia assento no Conselho Superior de Cinema - CSC, no Comitê Gestor do FSA e no Conselho Consultivo da Cinemateca Brasileira.

Importante destacar que os aspectos aqui elencados não esgotam os desafios enfrentados pela área de preservação audiovisual no Brasil: é premente a elaboração de políticas públicas que norteiem o campo de forma ampla e em todas suas instâncias. A ABPA reforça o Plano Nacional de Preservação Audiovisual como um documento guia para implementação das políticas públicas voltadas à Preservação Audiovisual em nosso país. O documento é fruto de amplo debate entre os profissionais da Preservação Audiovisual e aponta as dificuldades do setor, além de indicar as ações e metas necessárias para a formulação de políticas públicas eficientes, transparentes e democráticas. Em seu lançamento em 2016, em virtude da conjuntura política, o Plano não foi discutido da forma como deveria, mas constitui importante ferramenta para a promoção do necessário desenvolvimento da área no Brasil.

Confiantes no diálogo com o governo eleito, reforçamos a disponibilidade da ABPA para avançar na efetiva integração da Preservação Audiovisual à cadeia do audiovisual, no debate em torno dos desafios do setor e de seu enfrentamento.

Atenciosamente,

Associação Brasileira de Preservação Audiovisual - ABPA.

Diretoria 2022-2024

Débora Lúcia Vieira Butruce – Presidente

Lila Silva Foster – Vice-presidente

Ines Aisengart Menezes – Diretora Técnica

Natália de Castro Soares – Diretora de Relações Institucionais

Ninna de Araújo Carneiro Lima – Diretora de Comunicação

Laura Batitucci Costa Penido – Secretária

Vitor Graize – Tesoureiro